

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE APOIO E A IMIGRAÇÃO DOS PAÍSES DO LESTE EUROPEU NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: AS POSSIBILIDADES DO RECOMEÇO

*Alisson Henrique Melo da Cunha**

*Maria do Rosário Rolfsen Salles***

*Sênia Regina Bastos****

1 Introdução

O tema da imigração no Brasil tem sido objeto de vários trabalhos importantes em diferentes áreas de conhecimento, como a Sociologia, a História, a Ciência Política, o Direito etc., centrados em grande parte, no período da Grande Imigração que compreende as décadas finais do século XIX e as primeiras do século XX e em sua vertente agrícola. Os períodos que compreendem a Primeira Guerra Mundial e o subsequente, do entreguerras, caracterizaram-se por uma restrição à imigração com o fim da política de imigração subsidiada, ao mesmo tempo em que se incentivava as migrações internas, o que provocou a queda dos fluxos que só voltariam a subir no Pós Segunda Guerra Mundial.

Do ponto de vista internacional, ao longo desse período, criaram-se instituições importantes como a Liga das Nações em 1919 e a Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, instituições que tinham nas suas agendas a questão dos refugiados advindos dos conflitos internacionais e que em virtude disso ou do “regime político vigente nos seus países de origem e na impossibilidade de gozarem de proteção nacional, se veem obrigados a se dirigir a outros Estados em busca de proteção internacional” (ANDRADE, 2005, p. 60). No que tange aos refugiados da Primeira Guerra Mundial, segundo o autor, contavam-se dois milhões de russos que haviam sido desnacionalizados e se

* *Alisson Henrique Melo da Cunha: Discente do Curso de Comércio Internacional da Universidade Anhembi Morumbi/SP e Bolsista CNPq.*

** *Maria do Rosário Rolfsen Salles: Docente e pesquisadora (aposentada) da UNESP e UAM (Anhembi Morumbi), Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi/SP.*

*** *Sênia Regina Bastos: Docente e Pesquisadora da UAM, Programa de Pós-Graduação em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi/SP.*

encontravam na Europa e na Ásia. Os organismos internacionais, assim, criaram-se em grande parte devido aos fluxos internacionais passando a controlar e interferir na própria conceituação do que é refugiado, deslocado ou apátrida¹.

Segundo Ambrosi (2009, p.16), “o sistema internacional não tem vida própria, depende das relações entre os países e do desenvolvimento da política internacional em um determinado momento”. Os organismos internacionais, assim, são consequência das políticas dos Estados que os criaram e não o contrário. No momento da sua criação, a ONU enfrentou situação mais complicada do que a da Liga das Nações anteriormente, pois entre 1939 e 1945, contavam-se 53.536.000 pessoas deslocadas de seus países de origem (ANDRADE, 2005, p. 61), a maioria das quais pôde regressar, mas deixando ainda um milhão de pessoas que não podiam ou não queriam regressar, que ficaram conhecidas na literatura como *last million*, fato que acabou forçando a criação da *International Refugee Organization* (IRO) entre 1946-47, extinta em 1951. As possibilidades que se apresentavam eram ou o reassentamento, julgado mais eficaz pelos aliados ou a repatriação, defendida pelos países do Leste europeu.

O fato novo em matéria das migrações internacionais nesse momento, foi a criação das “Organizações internacionais criadas, mantidas e dirigidas pelos governos, para a solução dos problemas relacionados às migrações [...]” (SILVA, 1958, p. 144). Ou seja, segundo o autor,

o fenômeno recente encontra-se nesses órgãos técnico-administrativos, fundados e geridos pelos Governos, e que não se destinam a estudar e a propor, mas a atuar e a executar, desincumbindo-se de tarefas que há poucas décadas atrás, mal teriam ingresso em simples acordo bilateral (SILVA, 1958, p. 144).

2 O Brasil e os Organismos Internacionais no Pós-Segunda Guerra

Para o Brasil, em termos migratórios, o Pós-Segunda Guerra marca a retomada da imigração pelo Decreto-Lei n. 7.967, de 18 de setembro de 1945, após longo período de restrição, desde 1934 quando se determinou que os fluxos deveriam se limitar a 2% do total das entradas de cada nacionalidade, entre 1884 e 1934. Do ponto de vista internacional, foi nesse contexto e em função do elevado número de refugiados fora de seus países de origem, e no seio da recém-criada Organização das Nações Unidas, que se criaram organismos internacionais que passaram a se encarregar do repatriamento e colocação dos imigrantes presentes nos campos de refugiados dos chamados países aliados, da Alemanha e da Áustria.

O presente artigo visa resgatar a atuação da IRO, num contexto internacional em que se cria um conjunto de organismos multilaterais de gestão global no seio da também recém-criada Organização das Nações Unidas, como a Organização Mundial de Saúde, (OMS), a *Food Agricultural Organization* (FAO), o *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), criado em 1947 e que deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC), criada em 1995, o Banco Mundial, e, para as migrações, repatriamento ou reassentamento em outros países, a IRO, o Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME), etc. Propõe-se a apresentar também as trajetórias pessoais que evidenciam as experiências individuais da imigração nesse período e os motivos pelos quais o Brasil se torna um país viável para os refugiados recomeçarem suas vidas com os apoios recebidos. Outras organizações também já exerciam a função de ajuda e assistência, como o *Hebrew International Assistance* (HIAS), criado nos anos 80 do século XIX, em Nova York, e estabelecido com escritório na *Hellen Island* em 1904 e daí em diante em outros países; a *Japan Migration and Colonization* (JAMIC), empresa de colonização criada pelo governo do Japão para estimular a migração de japoneses para países da América Latina e Havaí, e que financiava a compra de terras e a criação de colônias agrícolas. Entretanto essas organizações não tinham o caráter multilateral de compromisso internacional como as criadas no Pós-Segunda Guerra no seio da ONU.

Em 1950, criou-se a Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para a proteção e assistência a refugiados de todo o mundo. A partir de 1951, as migrações europeias passam a ser controladas e apoiadas pelo CIME, que é responsável pela quase totalidade das entradas efetivadas junto à Hospedaria dos Imigrantes, em São Paulo, após a Guerra, além dos já citados. As entradas tiveram incremento significativo também, a partir dos acordos bilaterais que o Brasil passa a assinar com países como Portugal, Itália, Holanda, Espanha etc., a partir de 1954.

O objetivo era reduzir a pressão populacional e a reconstrução dos países envolvidos no conflito mundial. Entretanto, como destaca Paiva (2008).

[...] a constituição de organismos multilaterais de recolocação de trabalhadores, como a Organização Internacional para Refugiados (O.I.R.), de financiamento como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e, obviamente, a própria Organização das Nações Unidas, apontavam para que as formas de gestão de questões nacionais – como política de mão-de-obra e econômica – perderiam parte de sua autonomia. Ao mesmo tempo, demonstravam a influência (econômica e geopolítica) inequívoca dos EUA frente ao que se constituía como bloco ocidental (PAIVA, 2008, p. 1).

Deve-se lembrar por exemplo, da política de reconstrução dos países europeus levada a efeito pelo Plano Marshall e que caracterizou “a hegemonia americana nas décadas subsequentes, representando um tenso equilíbrio que caracterizou os anos finais e décadas posteriores à Guerra”. (SAKURAI, SAALES, PAIVA, 2009, p.9).

No Brasil, abria-se uma nova fase de redemocratização após o Estado Novo (1937-45), e de desenvolvimento industrial decorrente em grande parte, dos acontecimentos no centro do sistema capitalista e que propiciaram, a partir da Primeira Guerra Mundial, a crise internacional de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, um relativo afastamento do centro do sistema capitalista, que permitiu a mudança nas relações econômicas internacionais, a ponto de possibilitar o desenvolvimento do mercado interno e da industrialização baseada na indústria automobilística. Essas circunstâncias representaram a possibilidade de trabalho na indústria, no comércio e serviços durante o tempo suficiente para que as levas de imigrantes entrados no pós-guerra encontrassem postos de trabalho, que eram demandados pela indústria em expansão e por uma agricultura que se diversificava e modernizava.

Desde o entre guerras, como se viu, ainda com a Liga das Nações começa a preocupação com os refugiados. Depois da Segunda Guerra, com a criação da Organização das Nações Unidas, sob a hegemonia dos países vencedores, principalmente dos Estados Unidos, instala-se a Guerra Fria e objetiva-se proteger os países democráticos e atuar na proteção dos direitos humanos, em decorrência do aumento do número de deslocados e refugiados, levando então, à criação da ACNUR. A OIR e depois o CIME foram órgãos de repatriamento e colocação de refugiados e de imigrantes em países como o Canadá, a Austrália, a Inglaterra, países latino-americanos, como a Argentina e o Brasil, cada um com critérios diferentes na seleção e aceitação de imigrantes.

No caso brasileiro, buscava-se mão de obra especializada e qualificada, dando-se preferência às famílias e continuava-se a valorizar o agricultor. Apesar da valorização dos imigrantes “latinos” (portugueses, italianos e espanhóis), aceitou-se a entrada dos refugiados provenientes da Europa Central e do Leste, em virtude de sua qualificação. Desta forma, ainda que não fossem considerados “imigrantes preferenciais”, os deslocados ou refugiados de guerra passaram a ser admitidos no Brasil, após intenso debate que se inicia antes mesmo do final da guerra, em grande parte, em função da qualificação maior adquirida nos campos de refugiados da Europa e que correspondiam às necessidades de mão de obra industrial. Observem-se as diferentes nacionalidades que compõem o grupo entre 1947-49 ingressante na Hospedaria de Campo Limpo, em São Paulo.

Tabela 1 - Deslocados de guerra (DPs) matriculados na Hospedaria de Campo Limpo durante o triênio 1947, 1948 e 1949, segundo a nacionalidade (totais e respectivas porcentagens)

Nacionalidade	1947		1948		1949		Total	
	Números	%	Números	%	Números	%	Números	%
Poloneses	923	35,78	1.024	26,82	1.282	26,21	3.229	28,6
Outras	187	7,25	636	16,66	944	19,3	1.767	15,65
Ucranianos	439	17,02	517	13,54	430	8,79	1.386	12,27
Baltas	363	14,07	234	6,13	420	8,58	1.017	9,01
Húngaros	11	0,42	267	6,99	595	12,16	873	7,73
Apátridas	444	17,21	236	6,18	187	3,82	867	7,68
Russos	141	5,46	391	10,24	323	6,6	855	7,57
Iugoslavos	58	2,24	402	10,53	338	6,91	798	7,07
Tchecos	13	0,5	84	2,2	176	3,59	273	2,41
Sem Informação	---	---	26	0,68	196	4	222	1,96
Total	2.579	100	3.817	100	4.891	100	11.287	100

Fonte: Boletim do Departamento de Imigração e Colonização (1950).

O Brasil foi dos primeiros países a manifestarem interesse em recrutar imigrantes dos campos de refugiados. Por ocasião da visita da comissão brasileira aos campos da Alemanha e da Áustria, contavam-se, segundo Lobo (1950), cerca de 1.300.000 pessoas “deslocadas” que, somados aos de outras regiões da Europa, perfaziam 1.700.000, que posteriormente ficaram conhecidos como “o milhão restante”. Os poloneses representam a etnia mais numerosa, quase 29% do total, seguida pelos ucranianos (12,3%), baltas (9%), húngaros (7,8%) e russos (7,6%). Em seguida, aparecem os iugoslavos (7%), os tchecos (2,4%) e várias nacionalidades que, reunidas, perfazem mais de 15%, seguidas pelos classificados como apátridas, porque haviam perdido a nacionalidade. As “outras nacionalidades” são formadas por: alemães (8,5%), austríacos (3,5%), armênios (0,7%), búlgaros (0,4%), gregos (0,18%), “brasileiros” (0,17%), albaneses (0,02%), espanhóis (0,06%), franceses (0,06%), holandeses (0,02%), italianos (0,12%), norte-americanos (0,02%), romenos (1,6%), suíços (0,01%) e turcos (0,02%). Naquela ocasião, a admissão aos campos de refugiados da Alemanha e da Áustria estava fechada, mas na realidade não deixavam de receber ainda refugiados, sobretudo da Iugoslávia depois da implantação do regime de Tito e da Romênia principalmente.

De acordo com Lobo (1950), a diversidade das nacionalidades se explica em função principalmente, de motivos políticos. O maior grupo entre os deslocados nos campos, era de poloneses, quase 30%, seguidos pelos israelitas, que somavam 20%, conforme aparecem nos dados oficiais, baltas, 17%, e os demais ucranianos, russos, iugoslavos e apátridas. Os poloneses encontravam-se em regime de trabalho forçado há 5 ou 6 anos, e somavam em torno de 270.000. Os judeus, que em grande parte, eram poloneses fugidos da Europa Oriental durante e depois da guerra, somavam 140.000. Um número expressivo dirigiu-se aos EUA, Canadá e Austrália. Entre os que chegaram ao Brasil, a maior parte é constituída de poloneses de religião católica, provenientes de regiões agrícolas da Polônia. Os baltas fugiram de seus países desde 1944, primeiro devido à invasão alemã, depois a russa e acabaram em trabalhos forçados na Alemanha. Eram provenientes da Letônia, Lituânia e Estônia, nesta ordem. Segundo as publicações do Departamento de Imigração e Colonização, destacavam-se por um nível profissional e educacional elevado (LOBO, 1950; VASCONCELOS, 1950). Viviam fora dos campos outro grupo que depois foi incorporado à proteção da OIR, os *Volksdeutsche* que são de origem remota alemã mas viviam há várias gerações em outros países como a Tchecoslováquia e a Iugoslávia e que, depois da guerra e em função de vários acordos foram enviados para a Alemanha e para a Áustria, onde somavam 200.000 pessoas, com excelentes referências de trabalho profissional. Semelhante avaliação positiva era atribuída pela comissão brasileira aos ucranianos. Desta forma, a combinação entre a necessidade de manter a família unida e a demanda do Brasil por imigrantes de perfil técnico e qualificado, permitiu a entrada dos imigrantes da Europa Central e do Leste entre 1947 e 1950. A seguir, expõem-se algumas histórias individuais que evidenciam as possibilidades de recomeço no Brasil.

3 Os organismos internacionais e os apoios conferidos: depoimentos e trajetórias pessoais e familiares

“Considerando a imigração como uma experiência individual e um fenômeno coletivo” (CAMPOS, 2015, p. 265) e com o objetivo de conhecer em parte, as razões que levaram à opção pelo Brasil, pelos imigrantes anteriormente mencionados, relatam-se abaixo, algumas experiências retiradas do arquivo constituído pelos relatos concedidos à Sonia Maria de Freitas (1994)², no Projeto do Setor de História Oral, realizado a partir de 1993, junto ao Memorial do Imigrante, São Paulo³. Um segundo arquivo foi consultado, constituído de entrevistas do Projeto Memória do Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB – 1994-2012)⁴ que reúne entrevistas realizadas com judeus entre 1994 e 2012, muitas vezes entrados com o apoio do HIAS, compõem histórias muito específicas, bem como registros dos judeus provenientes do Egito, a partir de 1954. Há nos relatos das experiências individuais e familiares, situações comuns.

De um lado, como foi mencionado, a opção mais ou menos “forçada”, deveu-se pelo fato de algumas famílias inteiras, e muitas vezes, acompanhadas de parentes e outros amigos preferirem o Brasil, que demandava exatamente, famílias, ao contrário de países que colocavam como critério para a seleção, a recepção apenas de homens sozinhos. Havia também aqueles que, já constituídos em famílias, decidiam-se pelo Brasil em grande parte porque já possuíam referências de parentes, conhecidos ou amigos que aqui já se encontravam ou pelo desejo, segundo uma depoente, de não “serem mais encontrados pelo inimigo” (Depoente húngara 1, Judith), os Estados Unidos ou a Argentina, aparecendo como “visíveis” demais. Esse sentimento de perigo iminente acompanhou os imigrantes durante muito tempo, daí a importância das relações pré-existentes, das redes, dos auxílios, dos apoios das organizações internacionais e das associações aqui existentes. Como diz a depoente, “A Europa não era um lugar seguro”.

O pai da entrevistada, era proprietário de uma fábrica de embutidos em Budapeste, antes da guerra, e no campo de prisioneiros militares ao qual foi transportado, na Alemanha, fez muitos amigos, que dada a precariedade da situação, fizeram um pacto de solidariedade incondicional, de ajuda mútua, caso sobrevivessem. Depois da guerra, um deles, um holandês também proprietário de um negócio de embutidos, e com contatos no Brasil, propôs a seu pai que assumisse uma empresa em São Paulo, onde contavam com a solidariedade da comunidade húngara judaica. Além disso, na viagem para o Brasil, fizeram novos amigos que se mantiveram pelo resto da vida, conforme vários depoimentos. A depoente estudou na Escola Britânica e posteriormente no Dante Alighieri, e, embora a família conservasse a língua e as tradições húngaras e respeitasse as principais datas judaicas, ela só se deu conta de sua origem ao completar 18 anos e tirar sua documentação, uma vez que até então era apátrida (FREITAS, 1994).

A missão brasileira, segundo Lobo (1950), foi uma das primeiras a chegar nos campos da Alemanha e da Áustria para o reconhecimento dos campos e dos interessados em vir para o Brasil, antes mesmo que as missões canadense, britânica, belga, francesa, venezuelana e chilena, que chegaram em seguida. Os critérios de seleção eram diferentes, o Brasil requeria famílias constituídas por chefes de até 50 anos e foi o que determinou a vinda de muitas delas ou a decisão por outros países. A Holanda, por exemplo, procurava 8.500 operários solteiros de ambos os sexos, em virtude das dificuldades de alojamento; a Inglaterra e a França já haviam recebido poloneses, refugiados espanhóis etc.; a Austrália demandava receber 1.000 refugiados por mês, de preferência operários para a construção civil e agricultores, a vinda dos parentes, só sendo admitida tempos depois; o Canadá, que dava preferência a imigrantes solteiros, privilegiava aqueles que já possuíssem parentes residentes ou operários especializados em determinadas tarefas como serviços domésticos, indústria pesada, lavoura etc.; os Estados Unidos dispunham-se a receber 400.000 em três anos, mas também estipulava restrições.

De uma forma geral, num primeiro momento, a manutenção da união familiar determinou a vinda para o Brasil, mas nas fichas de registro junto à Hospedaria do Imigrante, observam-se muitos pedidos de vistos de saída para os Estados Unidos, Austrália e Canadá.

Quando os russos avançaram sobre os judeus de Budapeste, fomos para os campos de trabalhos forçados e depois fugimos para a Áustria a pé. De lá voltamos para Budapeste, para o gueto. Meu irmão foi levado para a Rússia e jamais foi visto. Casei-me depois da guerra, mas o avanço comunista era uma ameaça e resolvemos voltar à Áustria, Viena. Lá o mundo estava aberto para nós, a gente podia ir para onde quisesse. O grupo do HIAS [*Hebrew Immigrant Aid Society*] ajudou financeiramente. Tínhamos várias opções, como a Austrália, por exemplo, mas tínhamos que deixar o cunhado e os filhos porque a Austrália limitava o número de pessoas e a família teria de se separar. Passei a noite pensando e no dia seguinte decidi que viríamos todos ao Brasil e não me arrependi, pelo contrário, desde o momento em que aqui cheguei, adorei o clima, as pessoas. Aqui meu cunhado tinha parentes e com a ajuda do HIAS e empréstimos de amigos, conseguimos abrir o primeiro açougue no Bexiga, onde nos encontramos até hoje. (Entrevistada húngara, Helène. Depoimento colhido por FREITAS, 1994).

Para o Brasil, a recepção de “deslocados de guerra”, foi o primeiro ensaio de imigração dirigida no pós-guerra, que começaram a chegar em maio de 1947, encaminhando-se para a agricultura ou para a indústria (VASCONCELOS, 1950). A classificação de muitos deles como agricultores para facilitar as entradas, segundo o autor, obrigou muitas famílias a se dirigirem ao interior, resultando em dificuldades de adaptação ao trabalho agrícola. A maior adaptação se deu nos casos de famílias numerosas e que possuíam anteriormente experiência com o trabalho agrícola.

No caso da colocação em atividades industriais e serviços, na cidade de São Paulo, desde 1945, com a retomada da imigração, até 1954, quando é criado o Instituto Nacional Imigração e Colonização, entraram no Brasil, 11.216 agricultores, 67.319 operários, dos quais, 6.280 qualificados e 4.535 técnicos de nível médio, além de 134.806 domésticos e 89.402 não especificados (PEQUENO, 1957, p. 10), considerando-se também, as entradas resultantes dos acordos firmados pelo Brasil com Portugal, Itália, Japão, Espanha e Holanda, a partir de 1950⁵. Como se sabe, o Brasil procurava suprir a carência de mão de obra qualificada introduzindo a política de imigração dirigida e ao mesmo tempo, cuidava da formação profissional por meio de escolas técnicas, criadas ainda no primeiro Governo Vargas (1930-1945), como o SENAI e o SENAC, etc.

No caso dos “deslocados”, o fato de constituírem um grupo de pessoas aptas ao trabalho e cujos membros eram jovens, em sua maioria, e, frisava o ministro Hélio Lobo, “de índole conservadora e anti-comunista” lhes conferia uma característica favorável pois 21% eram constituídos por crianças e menores de 18 anos, 66% por pessoas entre 18 e 44 anos e somente 13% acima de 44 anos, tornando o grupo bastante jovem, casados e do sexo masculino.

O fato de viverem experiências cotidianas comuns nos campos de refugiados, a decisão sobre a emigração, a direção a tomar etc. e que se mantiveram na viagem de navio para o Brasil, e por muito tempo em São Paulo, coloca a questão das redes que se criaram em São Paulo. Os mecanismos de adaptação em São Paulo mostram as aproximações das mesmas nacionalidades e religiões (católicos, judeus etc.), assim como na escolha dos locais de moradia, em geral próximos aos locais de trabalho ou de imigrantes de mesma nacionalidade ou conhecidos durante a viagem.

Entretanto, as diferenças se mantinham quanto à religião. Entre os poloneses católicos e judeus, por exemplo, apesar de muitas semelhanças nas trajetórias, se mantinham as especificidades religiosas. Um entrevistado polonês de origem católica, Sr. Zdzislaw, mecânico de profissão, e que teve como primeira profissão um emprego na indústria automobilística, chegou em 1949, com a família e se dirigiram à Vila Zelina, por razões de parentesco e vizinhança com outros conterrâneos já ali fixados. Era proveniente de uma família de agricultores, cujo pai era proprietário de um moinho na região de Chelm, lugarejo à leste da Polônia, a 40 km da fronteira russa, rica em grãos, trigo e centeio, batata e beterraba. A família perdeu a propriedade com a invasão russa e alemã em 1942. Nessa ocasião já existia a *United Nations Refugee and Repatriation Association* (UNRRA) e a família pôde se refugiar no campo de refugiados da Alemanha ainda em 1943.

Ali o entrevistado estudou mecânica e tornou-se técnico, no final da guerra toda a família trabalhava numa fábrica de blocos de concreto. Permaneceram nesse campo até 1949, período em que frequentou a escola, o ginásio e a escola técnica. O pai, com o auxílio da UNRRA e da Cruz Vermelha, arrumou trabalho, mas como não queriam voltar à Polônia, de onde haviam sido expropriados, optaram pela emigração. Várias possibilidades se apresentavam além do Brasil, tais como Canadá, Austrália, EUA e Argentina. Dizia que os solteiros podiam ir para o Canadá, a família poderia ter ido para os Estados Unidos, mas ele tinha 20 anos e teria que fazer o serviço militar e havia a guerra da Coreia. Pretendiam então ir para a Argentina onde tinham parentes. Subitamente a Argentina fechou a imigração. Optaram por São Paulo, onde também tinham parentes, chegaram na Ilha das Flores, ali permanecendo duas semanas, até surgir a oportunidade de trabalho em São Paulo. O relato da viagem é de que havia muitas outras nacionalidades do Leste europeu, pessoas de quem ficaram amigos depois. Assim, a primeira moradia em São Paulo foi na Vila Zelina, onde já se encontravam os poloneses aqui residentes, além de outras nacionalidades do Leste europeu. Imediatamente se filiaram à Sociedade Polonesa Joseph Pilsudski, Marechal libertador da Polônia em 1918. O pai conseguiu emprego no Moinho Gambá, na Borges de Figueiredo. Para o entrevistado, que era especializado em mecânica,

o primeiro emprego foi na Mecânica Nacional, fábrica de tornos mecânicos do Grupo Matarazzo, passando depois para a Usina de Aços Villares em São Caetano. No segundo emprego o salário subiu 50% em relação ao primeiro. Da Villares passou para a Vemag, indústria automobilística e de lá para a Mercedes, sempre se aperfeiçoando na profissão. Casou-se e foi morar no Bairro do Paraíso com os sogros.

A relação com a colônia se dá pela Sociedade Polonesa que fica ao lado da Estação Armênia do Metrô, onde os poloneses se reúnem todos os sábados e domingos e da Igreja, a Capela Polonesa, Nossa Senhora Auxiliadora, com missa em polonês e localizada no Bairro do Bom Retiro. Pratica o escotismo juntamente com amigos poloneses. A língua é falada em casa, ao lado do português, até os netos sabem polonês. Leem jornais escritos em polonês, o *Ziarna I Zlosy* (Espiga), dirigido por padres e o *Stepien*, dirigido por salesianos naturalizados brasileiros.

A trajetória de um judeu polonês é um pouco diferente: O Sr Abraão, judeu polonês, cujo pai pertencia a um grupo de resistência na Polônia e conseguiu se refugiar na Itália, teve a mãe aprisionada num campo de concentração para mulheres, tendo sido resgatada apenas depois da guerra. Uma vez tendo se decidido pelo Brasil porque a mãe foi incentivada por um irmão, além de terem tido auxílio internacional e da HIAS, vieram para São Paulo onde foram acolhidos pela comunidade judaica; primeiro foram morar no Bairro de Santana e depois no Bom Retiro. A comunidade promovia eventos para ajudá-los e integrá-los. O pai, que era comerciante antes da guerra, começou como mascate de roupas, logo conseguiu comprar uma casa própria no Bom Retiro. O entrevistado estudou no Colégio Renascença e depois na Pontifícia Universidade Católica (PUC). Começou a trabalhar no Renascença como auxiliar de limpeza, ainda criança, depois passou a inspetor de alunos, Secretário, Vice-Diretor e Diretor da Escola. Os alunos eram judeus poloneses, alemães, russos, lituanos, além de espanhóis e portugueses.

Desta forma, parece que a colônia identificada com o idioma e a cultura polonesa, de maioria católica, em São Paulo, existia mais ou menos paralelamente e sem contatos diretos, com a colônia dos judeus poloneses. Isto parece ser válido também, para as outras nacionalidades na medida em que, como os poloneses, os demais também apresentam nítidas divisões decorrentes das diferentes vinculações religiosas.

É o que confirmam também as entrevistas consultadas no Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB, 1994)⁶, das quais se destacaram quatro, realizadas entre 1995 e 2004, que evidenciam a importância da instituição HIAS para os judeus, além dos apoios das famílias já residentes em São Paulo e da comunidade, bem como de associações, de maneira geral. São trajetórias que se assemelham as dos imigrantes judeus, mas com a particularidade de serem residentes em países muçulmanos e a difícil convivência que se impôs a eles, depois da Segunda Guerra Mundial, mas especialmente, após a criação do Estado de Israel em 1948. A escolha por São Paulo sempre se deve em primeiro lugar, à presença anterior de amigos ou parentes, e em segundo, às possibilidades de trabalho anunciadas pelos conterrâneos a partir do parque industrial em implantação e

a necessidade de técnicos e profissionais qualificados. De uma forma geral as entrevistas colhidas no AHJB (1994) expressam a perseguição aos judeus no pós-Segunda Guerra Mundial, especialmente no Egito, de onde foram obrigados a sair depois de 1954.

Outro relato de uma refugiada húngara, cuja família chegou ao Brasil, (Ilha das Flores e São Paulo), em 1949, mostra a experiência de uma família de agricultores, sendo o pai também desenhista e pintor da construção civil. Receberam ajuda do governo brasileiro e de amigos húngaros, que arrumaram emprego para o pai numa fábrica de faiança em São Caetano, onde se juntaram a muitos outros que lá residiam e trabalhavam. Frequentavam a Igreja Reformada Cristã da Lapa, onde se preservava a tradição e a língua húngaras e onde se mantinham informados sobre os acontecimentos na Hungria e da comunidade residente no Brasil. Também a opção pelo Brasil, se deveu à preferência por famílias e porque já havia um número grande de conterrâneos em São Paulo.

Em São Paulo, a tendência da industrialização que vai incorporando regiões suburbanas como Osasco, “subúrbio-estação” da Estrada de Ferro Sorocabana, e a linha Santos-Jundiaí em direção a Santos, determina em grande parte, a concentração nessas regiões, e uma intensificação do parque industrial de São Caetano e Santo André com a implantação de fábricas em trechos de ferrovia. Na direção oposta, entre a Lapa e as imediações de Jundiaí, a Ferrovia Santos-Jundiaí praticamente não atraiu novas indústrias, a não ser Jaraguá e Campo Limpo. Essa função industrial deu lugar a um desenvolvimento de suburbanização residencial, segundo Langenbuch (1971), o que talvez explique a concentração dos imigrantes desse período, em torno desses bairros, tanto no que se refere às empresas como no que se refere aos locais de residência.

O caso da Vila Prudente, por exemplo, é bastante significativo: localizada entre a Região Sul e Leste da cidade, foi fundada por imigrantes italianos, os Falchi que ali implantaram uma fábrica de doces e bombons no final do século XIX. Começaram comprando uma grande área para loteamento e construção residencial de seus empregados que moravam no Brás. Outras indústrias acabaram sendo atraídas para o bairro, como as de papelão, louça, cerâmica e tecelagem. A demora da luz elétrica levou o proprietário a transferir a fábrica para o centro de São Paulo. No antigo prédio se estabeleceu uma fábrica de tecelagem que mais tarde se transformou numa fábrica de chapéus, a “Manufatura de Chapéus Oriente”. A partir da década de 30, o Bairro começou a valorizar-se e novas empresas chegavam ao bairro, que assim atraía cada vez mais operários. Na Vila Zelina, a construção da Igreja São José e de escolas lituanas, passou a atrair a população lituana. Além deles, os russos se estabeleceram na região onde se mantém um Centro cultural importante. Na Vila Alpina, igualmente, concentram-se lituanos e russos. A leva que veio em 1906, chamada de “velhos crentes”, se estabeleceu na Vila Alpina, onde ainda funciona uma Igreja e um centro cultural. Depois da segunda guerra, os recém-chegados também se concentraram em parte nesses locais, embora as novas gerações tenham se dispersado (FREITAS, 1994).

No caso de São Caetano, houve grande concentração de ucranianos, que se compunham claramente em dois grupos: “um grupo de ex-oficiais do Exército ucraniano e um grupo de trabalhadores que abandonaram suas terras em decorrência das precárias condições de vida” (JOVANOVIC, 1992). Tratava-se de manter a atenção voltada para os acontecimentos políticos dos países de origem, e as diferenças se acentuavam em função das origens sociais e religiosas. Além disso, dada a situação vivenciada na Europa do Leste após a guerra, misturavam-se camponeses e agricultores que tiveram suas terras invadidas, com proprietários rurais de grande porte e industriais, intelectuais, professores e profissionais liberais.

Sendo assim, em São Paulo, as comunidades formaram subgrupos, em torno de algumas instituições, associações, igrejas, assim como procuraram se aglutinar nos bairros em que já existiam conterrâneos ou em bairros residenciais novos.

A localização dos russos em São Paulo obedeceu à chegada das diferentes levas e determinou as vinculações posteriores. Segundo Bytsenko (2006, p. 11-12) de 1870 a 1953, chegaram ao Brasil, 118.600 imigrantes russos, provenientes do Império Russo e depois da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em três grandes levas: a primeira entre 1905 e 1914; a segunda, após a Revolução de 1917 e a terceira, dos “deslocados de guerra, entre 1944 e 1953. No caso da segunda leva, de acordo com a autora, citando a Liga das Nações, depois de cinco anos de Revolução Russa, o número de refugiados era de 1.160.000, podendo atingir mesmo, mais de 2.500.000, em grande parte constituída por militares e civis russos, ¼ dos quais era de militares do Exército Branco, que acabaram se dispersando pela Europa e América Latina, inclusive o Brasil. A grande maioria se instalou em São Paulo, nos estados do Sul e dedicou-se a atividades industriais, empresariais, técnicas e profissões liberais, havendo muitos intelectuais também. Entre 1944 e 1953, chegaram ao Brasil, aproximadamente, 2.224 imigrantes russos que ficaram conhecidos como “chineses”, por terem reemigrado da China, após a revolução comunista chinesa. Essa leva se localizou em São Paulo, na Região de Moema e em parte na Vila Alpina, onde já se encontravam os chamados “velhos crentes”, que chegaram a partir de 1906, bem como na Vila Zelina, Vila Formosa, Vila Bela e Vila Prudente, que concentravam refugiados de outras nacionalidades, como os lituanos (FREITAS, 1994).

Na Vila Alpina, há a Igreja Ortodoxa da Santíssima Trindade onde o Padre Petrenko exerceu uma grande liderança, e é bastante representativo de uma parte importante dos russos. Filho de um soldado russo na Ucrânia, foi feito prisioneiro e levado para a Alemanha, juntamente com a mãe, para trabalhos forçados. O pai, em São Paulo foi trabalhar como torneiro mecânico na Volvo, na Avenida do Estado; logo conseguiram comprar um terreno no Parque São Lucas, num loteamento. Até 1953, moraram num cortiço em Vila Bela, até construírem um barracão no fundo do terreno comprado pelo pai. A escolha inicial de Vila Bela se deu por causa dos avós que chegaram antes e contataram conhecidos dessa região. O Padre resolveu seguir carreira religiosa, apesar da família não ser religiosa. Estudou nos Estados Unidos, casou-se com uma alemã, cujos

pais também são refugiados. O Padre Petrenko, hoje, é uma das referências importantes na liderança religiosa ortodoxa entre os russos (FREITAS, 1994).

São inúmeras as associações étnicas mencionadas nos depoimentos. Uma breve análise já demonstra as diferenças mencionadas e as agregações. Entre os húngaros, há uma clara definição por um assistencialismo e filantropia recentes, como a Entidade Filantrópica “Recanto da Vovó”, assim como cultural, como a Casa Húngara, a Universidade Livre etc., o próprio Colégio Santo Américo, que apesar de não ser exclusivamente húngaro, é uma referência cultural importante dentro da comunidade, e onde se organiza atualmente um importante Museu da Imigração Húngara, além de sediar uma das mais importantes Bibliotecas sobre história húngara, religiosa e política. As entrevistas revelam que os judeus húngaros se congregam aos judeus de outras etnias, na Sinagoga da Rua Augusta, na Sinagoga alemã, na Congregação Israelita da City, assim como se dividem entre os protestantes reformados, os evangélicos e os católicos, da Igreja de Santo Estêvão, que parecem estar em maioria (Entrevista do Diretor do Colégio Santo Américo, concedida em 2001, à Maria do Rosário R. Salles)⁷.

4 Considerações finais

Os organismos internacionais criados entre as guerras ou depois da Segunda Guerra Mundial, assim como aqueles já existentes, destinados a dar assistência a judeus de todo mundo, como o HIAS ou a JAMIC, no caso dos japoneses, foram apoios importantes na efetivação das decisões sobre a emigração para o Brasil. No entanto, as experiências relatadas, sugerem que grande parte das decisões e da escolha dos locais de moradia, se devem aos apoios internos às comunidades, de histórias bastante diferentes, mas com o vínculo comum, de refugiados. Além disso, as vinculações que se criaram no Brasil, reforçam os laços internos a cada uma das comunidades e permitem os apoios mútuos, a criação de associações e entidades religiosas, de assistência ou auxílios no início da vida em São Paulo.

Objetivou-se neste trabalho, mostrar a importância das estratégias, dos organismos internacionais de apoio, da convivência étnica e entre imigrantes e sociedade local, no período do Pós-Segunda Guerra Mundial numa cidade em processo de industrialização como São Paulo, ressaltando a importância das chamadas redes migratórias e das estratégias criadas dentro das comunidades e no convívio entre elas, como bem mostrou Truzzi (2001), no trabalho sobre as etnias em convívio no bairro do Bom Retiro em São Paulo.

As entrevistas analisadas parecem sugerir que as aproximações e identificações se davam pela condição de refugiados, mas sobretudo como membros de comunidades identificadas com suas histórias, suas nacionalidades, opções políticas e religiosas. No caso dos judeus, a história comum foi a perseguição que sofreram em países em que conviviam anteriormente com os muçulmanos até a guerra, mas que especialmente depois da criação do Estado de Israel, viveram a experiência oposta da intolerância e da perseguição e nesse caso, o apoio do HIAS e das comunidades presentes anteriormente no Brasil foram de fundamental importância.

Notas

¹ O conceito de “deslocado” é um pouco diferente do de “refugiado”, uma vez que se costuma identificar o refugiado àquele indivíduo que saiu mais ou menos espontaneamente do seu país de origem por motivos políticos, segundo a Convenção dos Refugiados de 1951. No caso dos “deslocados”, a expressão *displaced persons* refere-se à uma maioria, retirada à força, milhares de homens, mulheres e crianças e trazidos à Alemanha durante a Guerra, sob regime de trabalho forçado (LOBO, 1950). Já o fenômeno da apatridia decorre da política interna dos países que retiram a cidadania de determinadas pessoas. A Convenção do Estatuto dos Apátridas de 1954, em seu Artigo 1.º, define apátrida como toda pessoa que não seja considerada por qualquer Estado, segundo sua Legislação, como nacional. (ACNUR, 1954)

² Entrevistas realizadas por Sonia Maria de Freitas (1994) pertencentes ao Projeto de História Oral. Entrevistados: Rozdia e Helene Gal; Eva e Istvan Wessel; Julio Vajda; Judith Vero; George Petrenko; Zdzislaw Wolozyn.

³ O Memorial do Imigrante, hoje denominado Museu da Imigração do Estado de São Paulo, “herda do Memorial do Imigrante toda a história de preservação da memória das pessoas que chegaram ao Brasil por meio da Hospedaria de Imigrantes, e o relacionamento construído, ao longo dos anos, com as diversas comunidades representativas da cidade e do Estado. É no entrelaçamento dessas memórias que se encontra a oportunidade única de compreender e refletir o processo migratório. Em seu novo projeto museológico, o Museu da Imigração pretende valorizar ainda mais o encontro das múltiplas histórias e origens e propor ao público o contato com as lembranças daquelas pessoas que vieram de terras distantes, suas condições de viagem, adaptação aos novos trabalhos e contribuição para a formação do que hoje chamamos de identidade paulista”. Museu da Imigração do Estado de São Paulo. Acervo Digital. <<http://www.inci.org.br/acervodigital>>.

⁴ Entrevistas integrantes do Projeto Memória Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB): Entrevistados: Gaston Busso e Michelline Busso; Yeshuda Busquilla; Moshe Beckor.

⁵ “O Arquivo Histórico Judaico Brasileiro (AHJB), sociedade civil sem fins lucrativos e de caráter cultural, é uma instituição que serve à sociedade e a todos os interessados em pesquisar sobre a história da imigração judaica no Brasil. Desde sua fundação, em 1976, o AHJB tem como compromisso a preservação da memória da presença judaica no país.” <http://www.ahjb.org.br/ahjb_pagina.php?mpg>

⁶ “Esses dados, obtidos graças à boa vontade de técnicos do Instituto, revelam que não estão sendo atendidas as exigências da produção nacional relativamente à mão-de-obra qualificada. Necessitamos de muito mais para atender ao surto industrial do Brasil, apesar do substancial auxílio do SENAI” (PEQUENO, 1957, p.10).

⁷ Entrevista concedida pelo Diretor do Colégio Santo Américo à Maria do Rosário R. Salles em 2003. A Legislação internacional para os refugiados encontra seu marco em 28 de julho de 1951 em que as Nações Unidas criaram o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, que passa a funcionar em 1954, em função do alto número de deslocados de guerra e apátridas resultantes do final do conflito mundial. Série Tratados da ONU no 2545, Vol 189, p. 137. ACNUR <<http://www.acnur.org/fileadmin/scripts/doc.php?file=fileadmin/Documentos/portu>>

Referências

ACNUR. **Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas - 1954**. N. York: ONU, 1954.

AMBROSI, E. Geopolítica e economia no Pós-Segunda Guerra Mundial. In: SAKURAI, C.; SALLES, M.R.R.; PAIVA, O. (Orgs.). **Migrações pós-segunda guerra mundial**. Série Reflexões. São Paulo: Memorial do Imigrante/D' Livros Editora, vol. 2, 2009, p. 16-29.

- ANDRADE, J. H. F. O Brasil e a organização internacional para os refugiados (1946-1952). **Revista Brasileira de Política Internacional**. vol. 48, n. 1, p. 60-96, 2005.
- BOLETIM do Departamento de Imigração e Colonização. São Paulo: DIC, n. 5, dez.1950.
- BRASIL, **Decreto-Lei n. 7.967**, de 18 de setembro de 1945.
- BYTSENKO, A. **Imigração da Rússia para o Brasil no início do século XX**. Visões do paraíso e do inferno. 2006. 134f. Dissertação (Mestrado em Letras Orientais). USP, São Paulo, 2006.
- CAMPOS, M. C. S. S. Comunidade portuguesa de São Paulo: instituições e associações regionais. In: GATTAZ, A; FERNANDEZ, V. P. R. (Org.). **Imigração e imigrantes: uma coletânea interdisciplinar**. Salvador: Pontocom, 2015, p. 265-297.
- FREITAS, S. M. de. **Projeto História Oral**. Depoimentos do Setor de História Oral. São Paulo: Memorial do Imigrante de São Paulo, 1994.
- JOVANOVIC, V.A.; JOVANOVIC A. Ucrânianos, sete décadas de presença marcante. **Raízes**, São Caetano do Sul, vol. 6, p. 17-29, 1992.
- LANGENBUCH, I. R. **A estruturação da Grande São Paulo: um estudo de Geografia Urbana**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral/Fundação IBGE, 1971.
- LOBO, H. O drama dos deslocados. **Boletim do Departamento de Imigração e Colonização**, São Paulo, n. 5, p. 89-97, dez 1950.
- PAIVA, O. Migrações internacionais pós Segunda Guerra Mundial: a influência dos EUA no controle e gestão dos deslocamentos populacionais nas décadas de 1940 a 1960. **Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão**. ANPUH/SP – USP. 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.
- PEQUENO, M. D. **Imigração e mão-de-obra qualificada**. Coleção Lindolfo Collor. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do MTIC, 1957.
- AHJB. **Projeto Memória**. Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro, 1994 - 2012. São Paulo.
- SAKURAI, C.; SALLES, M.R.R.; PAIVA, O. (Org.). **Migrações pós-segunda guerra mundial**. Série Reflexões. São Paulo: Memorial do Imigrante/D' Livros Editora, vol. 2, 2009.
- SILVA, C. A. D. S. E. O Brasil e os organismos internacionais para as migrações. **Revista Brasileira de Política Internacional**, ano 1, v.1. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. 1958, p. 144-155.
- TRUZZI, O. Etnias em convívio: o Bairro do Bom Retiro em São Paulo. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, n. 27, 2001. p. 143-166.
- VASCONCELOS, H.D. O problema da imigração no pós-guerra. **Boletim do Departamento de Imigração e Colonização**. São Paulo, n.5, dez. 1950, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

RESUMO

O artigo objetiva refletir sobre a atuação da Organização Internacional para Refugiados-1947-51 e demais organismos, no contexto internacional do pós-2ª-guerra, confrontando-os com relatos e trajetórias de imigrantes que evidenciam as experiências individuais da imigração, colhidos junto ao Memorial do Imigrante, SP, e Projeto Memória do Arquivo Histórico Judaico-Brasileiro (AHJB). Resultados apontam que a maior parte dos apoios se deveu às comunidades aqui residentes.

Palavras-chave: Organismos Internacionais. Pós-guerra. Relatos. São Paulo.

ABSTRACT

The article aims to reflect on the activities of the International Organization for refugees-1947-51 and other organisms, in the international context of the post-World War II, confronting them with stories and trajectories of immigrants which highlight individual experiences of immigration, collected by the Memorial do Imigrante, SP, and Jewish Historical Archive memory Project-Brazilian (AHJB). Results show that the majority of support was due to the communities living here.

Keywords: International Organizations. Postwar II. Reports. São Paulo.